**O Cenário Político e Econômico da década de 1920**

**Chaiane Xavier**

**Denise de Oliveira**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**

Introdução

A década de 1900 a 1920 foi muito importante para o Brasil, foi uma década que marcava o início da República, um período que mostrava uma grande transformação do novo regime, uma década que teve muitas revoltas e grandes conflitos marcados por sentimentos da população brasileira.

Cem anos de economia brasileira

A análise da economia brasileira e sua perspectiva pode ser focada nas taxas de crescimento econômico observadas durante os mandantes dos chefes de Estados, de Pedro II até Fernando Henrique (Gonçalves e Pomar 2002). Objetivo dessa investigação é a análise comparativa de desempenho econômicos, que recebeu três críticas iniciais. A primeira é que os do século XIX são poucos confiáveis e teve o maior índice de evolução do PIB, só se verifica a partir de 1901. A segunda crítica chamou a atenção para o fato dos piores resultados, os três presidentes que governaram o Brasil na década de 90 do século XIX, isto é, após a ruptura institucional causada pela Abolição e a proclamação da República. E a terceira crítica refere-se ao uso da taxa de crescimento do PIB como o único indicador de desempenho econômico.

Foi desenvolvido uma metodologia própria mais precisa a respeito do desempenho da economia brasileira durante o mandato de cada um dos presidentes da República a partir de 1901. O resultado foi um índice de desempenho presidencial na economia, que incluiu os seguintes componentes: crescimento econômico, desenvolvimento econômico ou redução do subdesenvolvimento pelo encurtamento da distância entre o Brasil e o mundo desenvolvido: controle da inflação, controle da fragilidade do Estado, e controle da vulnerabilidade externa. Este procedimento parametriza as variáveis na forma de índice que variam de 0 a 100. Sendo 100 o melhor desempenho, isto é, aquele país que atinge o valor máximo da variável.

A estrutura política em que o poder moderado era exercido pelo monarca de maneira similar à de um estado Absolutista, afastavas as classes populares de qualquer participação efetiva. Os partidos que se alternavam no poder, conservador e liberar, expressavam o vínculo fraternal da monarquia com a escravidão. O Estado era controlado pelo consórcio dos latifundiários escravistas, fossem eles usineiros, cafeicultores, plantadores de algodão ou pecuaristas.

A existência de um capitalismo industrial retardou o advento dos pressupostos, por meio de uma massa significativa de trabalhadores assalariados que complementasse a existência da uma classe interessada em aprimorar do excedente criado por trabalhadores livres.

A produção cafeeira levou o Brasil a ocupar uma posição no comércio internacional desse produto, no qual chegou a representar, entre 1875 e 1880, mais da metade da produção mundial. Outro fator que gerou pressão crescente na economia brasileira, foi justamente a expansão conduzida também o aumento da oferta, a pressão dos cafeicultores para a manutenção dos preços do café dava-se não no mercado, e sim sobre as autoridades imperiais e sobre as autoridades republicanas, com vista a ¨socializar seus prejuízos¨. Em (1889-1930), pautou-se a primeira República na manutenção dos ganhos em margem dos cafeicultores, tanto pela desvalorização cambial quanto pela compra de estoques excedentes.

Na primeira metade do século XIX, a Europa recuperava-se das guerras napoleônicos, aumentando e desenvolvendo sua produção, graças aos nossos métodos industriais recém-descoberto, foram aparecendo grandes concentrações industriais na Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica que triplicaram em certos casos suas populações.

O século XIX também se caracterizou por crises clínicas do capitalismo, afetaram a economia reflexa e voltada aos interesses extremos do Império brasileiro.

(1889-1930), as condições objetivas da economia brasileira haviam se alterado com a extinção da escravidão e a disseminação do trabalho assalariado, fato que possibilitou a liberação de forças econômicas contidas pelo Império.

A teoria dos choques adversos argumenta que a industrialização começou como uma resposta às dificuldades impostas às importações pelos choques da Primeira Guerra Mundial. O crescimento industrial teria ocorrido durante períodos de expansão das exportações, sendo interrompido nas crises do setor exportador, nas guerras e na crise de 1929. A interpretação baseada no capitalismo tardio propõe que o crescimento industrial se deu como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O crescimento do comércio mundial e a exportação de capitais aparecem como condições externas para o desenvolvimento capitalista em países como o Brasil do século XIX.

Com a independência políticas do Brasil e o fim do monopólio de comércio português concretizaram-se no momento em que se iniciava a expansão cafeeiro, tornou-se possível a formação e o rápido crescimento de uma burguesia comercial brasileira, todas essas transformações que se processam na economia cafeeira, seriam índices do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A expansão do capital comercial nacional, trabalho assalariado, estradas de ferro, mecanização do beneficiamento de café, bancos, urbanização, tudo isso expressa uma nova forma de acumulação de capital e consequentemente lança as bases para a industrialização. O Rio de Janeiro é o primeiro núcleo em que se registra significativo avanço da produção industrial, seguido por São Paulo. A cidade do Rio de Janeiro, desde 1808, com a vinda da família real, teve um aumento de população decorrente das funções políticas e administrativos do Império.

Estudos específicos sobre a primeira década republicana (1889-1899) mostram que ao lado da especulação, ao período do encilhamento, teria ocorrido alguma capitalização de empreses industriais aproveitando a abundância de crédito e as facilidades de abertura de sociedades por ações. É importante apontar, de toda forma que as indústrias resultantes da fase pré-1929 na economia brasileira não fazem parte da transformação estrutural que ficaria conhecida como processo de substituição de importação.

Com o final do conflito mundial, em 1918, o mercado consumidor voltou a crescer, e um novo surto de prosperidade se verificou na economia cafeeira, inclusive com um aumento significativo das plantações. Em 1924, foi criado o Instituto do café de São Paulo. Em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York e a depressão mundial que se seguiu. Ficava clara a fragilidade de uma economia assentada praticamente sobre um único produto agrícola, que gerava benefício exclusivamente para uma oligarquia. As transformações do capitalismo internacional não se preocupam em promover políticos para garantir o mínimo de autonomia ao país, mantendo a estrutura econômica. Os picos de crescimento de 1906, 1920 e 1928 correspondem justamente a valorização do preço do café devidas a compra de estoques pelo governo.

Celso Furtado, em formação econômica do Brasil, foi um dos primeiros a analisar a década em busca de razões para a queimada da indústria. Para Furtado (1986), a utilização de expansão de crédito para a compra de café permitiu a manutenção do nível de renda e de emprego. O crescimento da produção industrial teria sido sustentado pela ampliação da capacidade produtiva, por meio da importação a menor custo de máquina usadas nos Estados Unidos e da Europa.

O processo de substituição de importações constitui no desenvolvimento fechado e parcial de economias primárias exportadoras. Até 1930, o desempenho da exportação determinou o produto, a renda e o emprego na economia brasileira e parte dessa renda era gasta no mercado interno por meio da compra de alimentos e produtos manufaturados. O Brasil especializou-se no fornecimento de produtos primários materiais primeiros, entre os quais se destacavam o café e o algodão.

O crescimento econômico da primeira década, após a política de estabilização econômica (1900-1913), empreendida pelo governo Campos Salles, ocorrido na virada do século, dá-se início a um ciclo de crescimento econômicos de longa duração. A fonte de crescimento econômico tem origem no aumento das exportações de borrachas e no aumento dos investimentos externos no Brasil, como explica Fritsch (1990). Em 1906 foi estabelecido o padrão ouro.

Padrão Ouro:conforme afirma Krugman e Obstfeld (2005), a partir do estabelecimento do padrão ouro, as reservas internacionais oficiais do país tomam a forma de ouro, e esse regime resulta em taxas de câmbio fixas entre todas as moedas.

Outra fonte de problemas relacionava-se ao setor do café. Apesar da depressão aos grupos associados ao setor, o Governo Federal não participou das políticas e tampouco deu garantias as medidas do governo. Os serviços dos empréstimos seriam pagos com o imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada.

Em 1907, houve uma breve, mais importante crise financeira internacional, como consequência, caíram temporariamente os fluxos de capitais para o Brasil. No ano seguinte em 1908, a situação foi restabelecida, havendo a retomada dos influxos, houve aumento dos preços da borracha, foi um período de acelerado crescimento econômico que perdurou até 1913.

A primeira guerra teve reflexos imediatos sobre a economia brasileira a partir do comércio exterior. A reação governamental a crise foi a seguinte: fechamento da caixa de conversão, moratória e emissão de notas inconversíveis. Os recursos seriam utilizados para o pagamento de juros dos empréstimos federais até 1917 e as amortizações seriam suspensas até 1927.

Em meados de 1915, foram realizadas medidas cujo objetivos era equacionar o desequilíbrio financeiro do setor público e a baixa liquidez da economia. Após a Primeira Guerra, em 1919, teve início um boom econômico internacional que provocou forte aumento nos preços das commodities. Tal condição permitiu a recuperação da economia brasileira.

Em contraposição ao aumento das exportações, em decorrência da demanda reprimida do período da guerra e da apreciação cambial, houve forte incremento das importações.

Como consequência, Estados Unidos e Reino Unido entraram em recessão a partir de 1920 e houve queda dos preços internacionais. Com a continuidade da crise internacional, consequentemente, com a queda dos preços do café, em 1921, o governo foi levado a realizar intervenções no mercado deste produto, financiamento via Banco do Brasil das compras de café. A situação foi agravada pela situação fiscal do Estado, aumento das despesas governamentais decorrente da depreciação cambial e redução da arrecadação devido à queda das receitas alfandegárias.

Referências

Gonçalves, R. Herança e ruptura; cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil. Rio de Janeiro; Garamond, 2003

Pires, M. C. Economia brasileira da Colônia ao governo Lula. São Paulo, Saraiva, 2010.

Soares, F. Economia Brasileira; Da Primeira República ao Plano Real.Rio de Janeiro; Elsevier, 2011